

Ata da Quinta Sessão Extraordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e sete de abril de dois mil e onze, às dezessete horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Segunda Carta aos Coríntios – Capítulo 5, versículos 1 a 10: “Nós sabemos: quando a nossa morada terrestre, a nossa tenda, for desfeita, receberemos de Deus uma habitação no céu, uma casa eterna não construída por mãos humanas. Por isso, suspiramos neste nosso estado, desejosos de revestir o nosso corpo celeste; e isso será possível se formos encontrados vestidos, e não nus. Pois nós, que estamos nesta tenda, gememos acabrunhados, porque não queremos ser despojados da nossa veste, mas revestir a outra por cima desta, e assim, aquilo que é mortal seja absorvido pela vida. E quem para isso nos preparou foi Deus, o qual nos deu a garantia do Espírito. Por essa razão, estamos sempre confiantes, sabendo que enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, isto é, longe do Senhor, pois caminhamos pela fé e não pela visão... Sim, estamos cheios de confiança e preferimos deixar a mansão deste corpo, para irmos morar junto do Senhor. Em todo caso, quer fiquemos em nossa morada, quer a deixemos, nos esforçamos por agradar ao Senhor. De fato, todos deveremos comparecer diante do tribunal de Cristo, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante a sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para deliberação de matéria abaixo, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: primeiramente, foi feita a leitura Projeto de Lei Complementar, do

Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de abono mensal transitório a servidores públicos municipais da Prefeitura, e dá outras providências. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei Complementar, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 006/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de abono mensal transitório a servidores públicos municipais da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I. cc Art. 42 LOM). Em discussão pediu a palavra o Vereador Edison Cardoso de Sá que desejou boa noite ao Presidente, nobres Vereadores e toda população presente que na grande maioria eram funcionários públicos; disse que queria fazer um comentário, uma explicação porque aquele projeto chegou para votar na Sessão Ordinária, na última sessão, foi suspenso, pediram vista para o projeto; naquele momento houve manifestação no Plenário e o Vereador confirmou que foi retirado, não foi pedido vista e nem entrou na pauta e fizeram uma Extraordinária para aquela noite para conversar antes com o Prefeito, discutir com o Prefeito a questão do abono, de que forma estaria aplicando, qual o índice, a referência usada, o porquê aplicar cem reais de abono e não aplicar a porcentagem como era de costume e, de fato, na grande maioria das negociações se dava; disse que o Sindicato também participou na conversa que foi no dia anterior e a alegação do Executivo era que não tinha dinheiro para pagar mais daquilo que foi ofertado; o Sindicato fechou aquela negociação e ele não estava vendo ninguém; naquele momento o Vereador perguntou se tinha alguém da direção do Sindicato, e não tinha ninguém da direção do Sindicato; falo que foi feito, a pergunta dele, o questionamento com o Sindicato era se foi feita uma assembleia, porque toda vez que se fazia uma negociação cabia ao Sindicato levar a proposta à assembleia para se discutir com os representados; então, o que acontecia: o Sindicato disse que teve a assembleia, houve a assembleia e que a assembleia aprovou o aumento, o abono; o questionamento dos cem reais ficou da seguinte forma, porque lá não colocava, não estava claro no projeto de lei a questão de ordem jurídica, porque se incorporar no salário tinha que aplicar sobre os reflexos; o que eram os reflexos? Décimo terceiro, horas extras, fundo de garantia, tinha que pagar o INSS, quinquênios, seguro, risco de morte, sobre tudo aquilo que os trabalhadores tinham direito e daí a Prefeitura alegava que dava impacto significativo nas contas e não dava para colocar no momento,

incorporar no salário, porém, o compromisso que não estava estabelecido na lei, mesmo porque se estabelecesse ele não poderia ser abono, teria que incorporar como verba salarial; disse que aquele abono, o Executivo se comprometeria em setembro, em mandar um projeto de lei para fazer incorporação, era uma situação que, no momento, ele estava dando uma opinião, primeiro ele estava esclarecendo o que aconteceu, o que os Vereadores foram fazer, porque para votar naquele momento, quando tinha Sessão Ordinária se tivesse colocado o projeto de lei na pauta era muito fácil ou votava sim ou não e os Vereadores não tinha nenhum momento para discutir e debater aquela questão, porque permeavam várias dúvidas sobre a cabeça de cada Vereador, inclusive a dele, porque eles não participaram de nenhum processo de negociação, nem no início, meio e nem no fim; o que acontecia, aquela situação ficava uma questão de alta complexidade, porque se votavam não, não tinha aumento, abono, não tinha, porque o Vereador não tinha o poder, ninguém tinha o poder enquanto Vereador, porque não era dado ao Vereador o poder, e se alguém falasse diferente estaria mentindo porque não poderia alterar, legislar em cima de questões de Despesa e lá na questão do servidor, como demandava a Despesa não poderia alterar dizendo que não queria cem reais de abono, queriam seis por cento, cinco por cento ou coisa similar, o Vereador não poderia fazer isso: “Ah! Mas tinha cem reais, então vamos colocar uma emenda certa ao projeto de lei que iria incorporar ao salário”, também não poderia, ou votava não ou sim, não cabia, o Vereador não tinha aquele poder, porque aquilo era vício de iniciativa, era inconstitucional fazer qualquer alteração e o Prefeito vetava e, de qualquer forma não teria nada; disse estar dizendo isso que era uma questão mais explicativa, porque ele gostaria de saber quem havia participado da assembleia, e pediu por gentileza que levantassem a mão; havendo manifestação ele perguntou se os demais não participaram; continuou a fala dizendo que a situação era que o Sindicato afirmava que houve assembleia e que foi aceita a proposta, ele estava dizendo o que o Sindicato afirmava; naquele momento o Presidente pediu ao Vereador que não debatesse, o Vereador disse que não estava debatendo, estava explicando, o Sindicato afirmava, agora a prerrogativa; ele era sindicalista, independentemente do golpe que teve no Sindicato dos Metalúrgicos, da Presidência, ainda continuava como sindicalista defendendo o trabalhador, ele entendia que cem reais era ruim porque teria que ter uma porcentagem; agora para eles ficava uma situação difícil, se votava contra não tinha, qual era a alternativa? Se votasse a favor teria, então para eles, a opinião dele, ele defendia, achava que teria que ser mais, mas como eles ficavam ou votava contra ou votava a favor, não tinha

outra alternativa, era uma situação complicada que lá, não cabia quanto Vereador dizer para os servidores que deveria fazer greve, porque era uma discussão que deveria ter na assembleia dos servidores junto com o Sindicato, agora se não concordavam com o Sindicato, a chapa que estava lá foi eleita, se for por meio voto, um voto, três votos, foi eleita e era a ela que cabia aos servidores cobrar do Sindicato deles; então era uma situação complexa ele estava explicando porque era uma situação que, para fazer política todo mundo queria, dizer que gostaria de votar dezessete por cento ou até mais que seria importante, dizer que eles foram lá reverteram a situação, etc e tal, não era daquela forma, era aquela a realidade fora aquilo era bater bumbo num ponto de vista político, era mais uma explicação aquilo; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Maria Nalva Viera Gama que desejou boa noite aos nobres Vereadores, funcionários da Casa, senhoras e senhores dizendo que seria bem clara e objetiva, o voto dela seria contrário àquela proposta do Prefeito (houve manifestação na Assembleia, com aplausos), porque ela achava que, como sindicalista não poderia votar contra os próprios princípios dela, não poderia ser algo lá fora e ali dentro outra coisa; ela não era contra o abono, era a favor ao abono, porém que viesse junto ao reajuste salarial, um abono e mais um reajuste salarial era o que lutava sempre na base dela; procurava lutar sempre pelo melhor, até porque eles sabiam o seguinte, eles passavam o ano inteiro lutando em busca de melhorias e condições de trabalho e o ano inteiro os produtos dos supermercados eram reajustados e quando chegava na data base dos trabalhadores, o mínimo que poderia ter, era a luta e o respeito, era o reajuste pelo salário, pelos trabalhadores; outra coisa, fosse empresa, ONG, Prefeitura, todo mundo tinha folha de pagamento para pagar, já sabia quando seria a data base, então a Prefeitura teria que se preparar para aquela data base, porque não havia preparado, perguntou;(houve manifestação na Assembleia, com aplausos), então o voto dela seria contrário, não contra o abono, o voto era contrário porque deveria ter o abono e mais o reajuste salarial porque ela achava que todos os trabalhadores já ganhavam pouco, passava o ano inteiro para ter aquele reajuste e quando chegava ficava naquele impasse de um reajuste que, não sabia se iria incorporar ou não; disse que não poderia votar algo baseado em promessa, quando ela negociava uma campanha salarial do Sindicato dos Químicos ela assinava acordo, o patrão assinava um acordo, ela tinha um papel na mão que garantia que teria o reajuste; então, toda empresa, toda Prefeitura, qualquer estabelecimento que tivesse funcionário, que tivesse folha de pagamento, já sabia quando era a data base, já sabia quando tinha que dar reajuste ao trabalhador, então tinha que se preparar, economizar e deixar

dinheiro para que pudesse dar um reajuste decente para os trabalhadores, agradeceu, (houve manifestação na Assembleia, com aplausos). A seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que quando ela tinha quatorze, quinze anos e morava na Argentina, ainda, se lembrava de momentos de crises financeiras na sua família, mas que ela não se lembrava nunca de ter faltado comida em sua casa, e sim, ter cortado o supérfluo, a TV a cabo, a internet, as saídas para jantar e almoçar fora, comprar roupa nova; disse que estava fazendo um comparativo que ela podia entender que, talvez, repetiu, talvez, a Prefeitura não tivesse recurso, mas não era cortando o salário dos trabalhadores que eles iriam equilibrar as contas, podiam cortar de grandes shows, podiam cortar da propaganda e marketing, (houve manifestação da assembleia, com aplausos), podiam cortar, podiam cortar, e que isso tinha aprendido com sua mãe, disse ao Sr. Presidente, podiam cortar, fazendo uma comemoração mais simples no aniversário da Cidade, porque uma coisa que lhe surpreendia e talvez a deixasse chateada, mesmo não sendo sindicalista, era que no Primeiro de Maio, Jaguariúna não iria ter nenhum evento festivo, e que aí mostrava o desrespeito que eles estavam tendo pelos trabalhadores, porque uma conquista a nível mundial, se mal entendia, o Primeiro de Maio, era uma festa mundial, um feriado mundial, em Jaguariúna não iria ter nenhum evento festivo, reconhecendo essa data; disse que era fato que na cabeça de todos os Vereadores desse mandato, talvez aquele dia fosse o dia mais difícil em votar, porque era fato que a pessoa que ganhava mil reais, ganhando cem reais, ela teria um aumento de dez por cento, e isso representava muito de dinheiro, dez por cento, só que quem ganhava um pouco mais, recebia menos; disse que ela achava que eles deveriam nestas discussões que teriam nos próximos minutos, talvez votar contra esse projeto, sentar com o Prefeito, fazer um lindo corte de gastos onde tivesse gordura, e tentar um aumento bem maior, porque o seu colega Edison, explanou muito bem, que tinha uma saída, e que não era porque se eles votassem não, que o Prefeito não poderia mandar outro projeto de lei, ele poderia mandar outro projeto de lei, e se eles votassem não, sentariam numa mesa, três calculadoras, dois lápis na orelha, e faziam número, porque se eles chegassem na população e falassem que não iriam ter festa de aniversário na cidade, o Natal iria ser um pouco mais simples, não iriam ter tanta propaganda e marketing, e iriam parar de gastar com um monte de bobearias, mas o salário iria aumentar, achava que a população iria ficar contente, ou se talvez, a fiscalização da Prefeitura cobrasse imposto do Valdomiro e do Rodeio, que devia mais de dois milhões de reais, sobrava dinheiro para dar aumento para os funcionários; disse achar que tinha uma

terceira opção, sim, disse ao Edison, poderia votar sim e dar um aumento de cem reais, e poderiam votar não e não dar nada, mas podiam sentar, no dia seguinte, e ela estava disposta a sentar às oito da manhã, com sua calculadora, e ver onde tinha gordura pra cortar, porque tinha; disse que ela achava que se eles tinham dois milhões e meio, naquele ano, investidos em marketing, propaganda e marketing, poderiam cortar, e que ela não conhecia outro marketing político melhor, do que aumentar o salário dos funcionários públicos, a um ano e meio de uma campanha; disse que o que tinham que pensar, era que eles tinham que ser coerentes, naquele dia, porque na Casa eles votaram sete por cento de aumento para o IPTU, eles votaram, sete por cento, e eles queriam dar um aumento para a maioria da Prefeitura, menos de cinco por cento; disse que era claro, e ela achava que era a mesma coisa quando se votava que não poderia ter vendedores ambulantes na cidade, e que alguém poderia falar: “Mas não deixam o cara trabalhar, e o cara quer trabalhar!” Disse que tinham decisões que eram duras, porque se tirando um ambulante da rua, poderia ser que esse cara estivesse com necessidade de trabalhar, mas também tinha alguém que pagava imposto, mantendo uma loja, o ano inteiro, e que essa era uma decisão, no mínimo, muito ingrata para todos eles, e que ela achava e guardava esse exemplo de sua casa, que a comida na mesa era a última que se cortava; era para cortar TV a cabo, a internet, a escola particular, mas não cortar comida, e o que ela achava era que não estava faltando clareza de onde cortar gordura, e deixar claro que caso, e queria deixar isso publicamente, que esta lei passasse de cem reais para o funcionário, isso pudesse ser cobrado no futuro, qualquer outro projeto que viesse na Casa, de repasse de verba para alguma coisa fútil, ela seria contra, porque se tinha que cortar a gordura, tinha que cortar para todo mundo, em todas as áreas, (houve manifestações na assembléia, com aplausos), se tinha que cortar algum negócio, mesmo chateando, sua área esportiva, e seu nobre Vereador Mauricinho, tivessem cancelado a Copa São Paulo, que consumiu quase quatrocentos mil reais; tivessem cancelado o Carnaval, que ficou quase meio milhão de reais; tivessem cancelado tantas outras coisas, que eram importantes, e podiam revirar o jogo; disse achar que era um momento ímpar, e que ela, lamentavelmente, e não tinha medo de falar, lhe surpreendia que o Amaro não estivesse na Casa, porque quando ele vinha para pedir alguma coisa, ele vinha na Sessão, ele vinha na Tribuna, e que ela não tinha receio de falar, porque naquela tribuna ela tinha imunidade como parlamentar; disse achar que o Amaro tinha sido eleito pelos funcionários, e que, realmente, ela questionava como ele tinha sido eleito, quem votou? Mas nas duas sessões mais importantes do ano, do aumento do funcionalismo público, o Presidente do

Sindicato não estar na Casa, no mínimo, era uma vergonha, e pior, ele não veio conversar com os Vereadores, mas deixava claro, e que não tinha medo de falar, que quando ele precisou da Casa, ele vinha todo dia falar com o Vereador; disse, entre outras coisas que, eleitos, eleitos, a democracia era isso, e que achava que talvez, o funcionalismo público tivesse aprendido que tinha que participar mais e votar no dia da eleição, mas não adiantava porque não iam atrás; disse que ela achava que seria viável, e contava que eles discutissem isso, não aprovar o projeto de lei como estava naquele dia, sentar com o Prefeito, cortar números, cortar gastos, fazer propostas, cancelar o aniversário da Cidade, fazer uma coisa simples, um bolo com algumas velas, não sabia, e economizar, e que achava que a saída era essa, porque eles tinham que, era o voto deles, naquele dia, e confessava que em determinados momentos se sensibilizava com os dez por cento dessas pessoas que ganhavam mil, mas ao mesmo tempo pensava que não iria ficar coerente, quando ela sabia que o rodeio para a Cidade iria consumir fortunas, era limpar o xixi, o cocô que essas pessoas faziam no meio do gramado na Marginal, e eles iriam ter que limpar; como sabia, também, da fortuna que iriam gastar na hora extra com a Guarda Municipal, que iria ter que controlar a Cidade, enquanto muitas pessoas iriam ter apenas três a quatro por cento de aumento; fato era que na lei tinha uma coisa interessante, também, que os Assessores número três, aqueles que ganhavam oito mil reais não iriam ter aumento, mas também para quem ganhava oito “pau” cem reais de aumento não faria nada, disse para serem sinceros, era uma regalia, porque hoje a gasolina, no preço que estava, era um tanque de gasolina que se enchia; disse que o que ela estava falando ali era o desprezo, e queria registrar ali, que a Casa tinha tido, em não participar, e que achava que, em determinado momento, a vida os levava a ser brancos ou ser pretos, o cinza não acabava mais, e que naquele dia ali, seria um divisor de águas, o que eles votarem ali os “perseguirá”, entre aspas, pelos próximos dezoito meses, até a próxima eleição, mas o que ela falava era o seguinte: eles estavam cortando do lado errado; eles estavam privilegiando outras áreas, porque ela preferiria e iria ser clara, andar na calçada de cimento que andar num Parque Linear que custou mais de dois milhões de reais; disse que ela preferiria ter visto a Copa São Paulo pela TV e não gastar quatrocentos mil reais na Copa São Paulo, e que ela adorava futebol, adorava a Copa São Paulo, mas a vida era de prioridades, e achava que as prioridades estavam sendo mal escolhidas; disse que achava que todo mundo iria poder conversar, discutir, alegar, mas eles não podiam pensar sentimentalmente naquelas pessoas que iriam perder os dez por cento, porque ninguém tinha lhes passado, também,

quanto era o número de pessoas que iriam ter dez por cento de aumento, e queria deixar ali registrado, que constava na ata desta Casa, que a reunião com o Sr. Prefeito estava marcada para a segunda-feira, ela já tinha, e comunicou, uma viagem para Brasília na terça-feira, a Nalva para São Paulo, o Mauricinho tinha médico na terça-feira, e, inesperadamente, essa reunião foi mudada de segunda para terça-feira, e que foi por causa disso que ela não esteve; o Mauricinho estava no médico, a Nalva estava em São Paulo, e que não era que eles não participaram porque não quiseram, eles não participaram porque foi mudado em cima da hora uma coisa combinada e eles tinham compromisso sérios em Brasília, ela tinha, pelo menos, em Brasília, fato era que ela tinha conseguido mais uma piscina olímpica para o Parque do Florianópolis; disse que ela achava que se tinha que existir cortes, não poderia existir no salário do servidor, e que se eles pegassem uma caneta e um papel o que tinha de gordura para cortar, falasse seu amigo Neto “era brincadeira!”, desejou boa noite; (houve manifestações na assembléia, com aplausos); a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de iniciar sua fala, também, sendo objetivo em dizer que era contrário ao projeto que foi apresentado, ali; (houve manifestações na assembléia, com aplausos), pelas razões que ele iria expor naquele momento: primeiramente, entrou na Casa na segunda-feira passada de forma equivocada, na reunião de Comissões deles, o Jurídico da Casa verificou a inconstitucionalidade da lei, o qual obrigou o Governo, na terça-feira retirar o projeto de manhã, e, posteriormente, encaminhar a Casa, novamente, à noite, sem a incorporação do abono que estava previsto para ser em setembro, além do que, em conversa com funcionários, aquilo que tinha sido dito na assembléia por parte do Sindicato, não foi aquilo que tinha sido comprometido com o Executivo, ou seja, a incorporação seria a partir de março, do abono, os funcionários teriam todas as vantagens de férias, décimo terceiro já proporcional àquilo que iriam receber, e questionado, no dia anterior, os membros do Sindicato, na reunião, ficaram quietos, não falaram enfaticamente que aquilo que estava ali no projeto, naquele dia, tinha sido aquilo que foi discutido e apresentado em assembleia, e ele tinha certeza que algumas pessoas que participaram da assembleia não estariam ali mentindo, e falando que não foi proposto desta forma; disse que, no dia anterior, tinha participado da reunião, e não lhe deixaram convencido de que a proposta apresentada na assembleia era a que estava ali, naquele dia; disse acreditar que houve ou má fé, não sabia, por parte do Sindicato em apresentar proposta aos servidores; disse, também, e a Karina tinha mencionado muito bem ali, que naquele ano tinha sido dado como verba de publicidade e

marketing, algo em torno de dois milhões e meio de reais, só para publicidade e propaganda; disse que o impacto orçamentário ali previsto do abono para os funcionários, para o ano todo, era um milhão e seiscentos; o impacto do abono no orçamento do Município de cem reais para todos os funcionários, eram mil e oitocentos e vinte e seis funcionários, dava um impacto de um milhão e seiscentos mil reais; se eles iam gastar dois milhões e meio só em propaganda, tinham gordura, e, realmente, muita gordura para se queimar em várias áreas para dar um aumento significativo ao funcionalismo; dizer que o aumento era de dez por cento para a classe menos favorecida, era brincadeira, e que uma que não era dez por cento; o bônus era por seis meses, e que se dividissem isso durante o ano, daria um bônus de cinquenta reais, e que não dava um aumento de dez por cento para o funcionário, e sim e estava fazendo um cálculo grosso, era cinco por cento; disse que a proposta do Governo era incorporar esse valor em setembro, através de novo projeto de lei, que tinha sido um compromisso do Executivo em apresentar em setembro; disse que se houvesse essa incorporação, iria chover uma avalanche de recursos e ações contra a Prefeitura, porque existia a questão da isonomia, e que não se podia fazer uma lei “Robin Hood”, tirar do mais rico e dar para o mais pobre, e que a questão do funcionalismo era assim, tinha que ser igualdade para todos; disse que se houvesse essa incorporação, podia ter certeza que o prejuízo para o Município iria ser muito maior, e que sua opinião com relação àquele projeto, e achava que da Nalva e da Karina, não era contra o valor do abono, e que o abono vinha sendo questionado e solicitado há muito e muito tempo, por parte do funcionalismo municipal, e o que ele estava questionando ali era, realmente, um aumento, por percentual para toda a categoria, que era mais do que justo; disse que tinham votado um orçamento na Casa, no ano passado, que previa o aumento para o funcionalismo, e que ele mesmo questionou o Wagner que era o membro presente na reunião, que era o Secretário de Finanças, e estava previsto um aumento para o funcionalismo para este ano, e que eles tinham aumentado o IPTU em sete por cento naquele ano; eles tinham criado, eles criaram, não, foi cobrada a taxa de lixo, e que recursos estavam vindo para o Município, numa proporção maior do que aquilo que era apresentado como aumento para os servidores; disse que achava justo o aumento, a discussão e a valorização desse momento era importante, e que podiam perceber através do projeto de lei que o aumento seria retroativo a março, e que se eles votassem ali naquele dia, contrário ou votassem favorável, ou seja, votar contrário e discutir isso aí numa próxima reunião, teriam tempo hábil porque o aumento seria retroativo a março, ninguém iria estar perdendo, era uma questão de ter um canal de

discussão com maior tempo e poder, realmente, conseguir, um aumento mais significativo ao funcionalismo público e igualdade para todos, sem distinção, e que eles não queriam jogar uma classe contra a outra, ou funcionários que tinham, enfim... eles não podiam fazer uso, não se podia tirar de um e dar para outro, era humanamente impossível fazer isso como legislador, e nunca tinha acontecido isso, e se o bônus era para todo mundo, achava que era bom, tinha que ser por tempo transitório mesmo, mas o aumento tinha que ser para todo mundo de forma igual, e que era isso que eles estavam tentando esclarecer ali e dizer mais uma vez que seu voto era contrário por esses motivos, e que ele, realmente, não podia concordar com um aumento só de cem reais; disse que era a proposta do salário dos servidores públicos do Município, chegar à comparação de Paulínia; disse que Paulínia estava de greve, e era para olhar que o salário de Paulínia era muito maior que o de Jaguariúna, e que sabia que a proposta era equiparar os salários, o que achava difícil, mas era uma proposta equiparar os salários de Paulínia, e para se ter uma noção, Paulínia ganhando muito mais, estava em greve; disse que não podia compactuar somente com um bônus de cem reais para os funcionários, não podia, sabendo que eles tinham recursos e muito para dar para eles, e que tinha dito ali só o caso do gasto com publicidade, mas tinham outros gastos que ia longe, realmente, dava para arrumar um valor muito melhor para o funcionário público de Jaguariúna; agradeceu, desejando boa noite; (houve manifestações na assembléia com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Vereador Airton Brulino Jorge que desejou boa noite ao Presidente, demais membros da Mesa, nobres colegas, senhoras e senhores presentes e colaboradoras da Casa; era um momento difícil para todos eles, Vereadores, mas, ele vinha falar lá, disse ao Presidente, e se eles permitissem, ele vinha falar da Lei de Responsabilidade Fiscal, não era professor não estava lá para ensinar nada a ninguém, na Câmara ele mais aprendia do que ensinava, com certeza; a Lei de Responsabilidade Fiscal dizia o seguinte: o Executivo poderia gastar com o funcionalismo cinquenta e quatro por cento do Orçamento; dizia, ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal que quando um Município chegava já em noventa por cento daquele valor, disse ao Presidente, que equivalia a quarenta e oito vírgula seis por cento, o Tribunal de Contas teria que fazer ressalvas com relação ao Município e estipular um prazo, não sabia dizer se eram dois ou três quadrimestres, ele achava que era dois quadrimestres, para que aquela situação se revertesse e voltasse a normalidade; então, embora fosse cinquenta e quatro não deveria chegar nem próximo do quarenta e oito, se por outro lado o Município atingisse noventa e cinco por cento daí existiria interferência direta do Tribunal de Contas do Município e o

Município, disse o Vereador ao Presidente, ele estava falando porque o Presidente, certamente, sabia, e que o Município era obrigado a fazer revisões no quadro de funcionalismo; aquelas revisões elas iriam desde a demissão dos comissionados e dependendo da situação, disse ao Presidente, demissão até de concursados; o interessante, disse ao Presidente, para que se fizesse aquelas demissões o dinheiro gasto com as indenizações inerentes às demissões não eram computados nos cinquenta e quatro por cento; em outras palavras, se o Município acendeu uma luz amarela de alerta, providências teriam que ser tomadas, porque era fácil justificar uma situação só dizendo que não tinha dinheiro, não tinha dinheiro, no dia da reunião, como a Karina bem lembrou que tinha sido marcado para a segunda-feira pela manhã, ele tinha se programado para a reunião de segunda-feira pela manhã, disse ao Presidente, daí ele ligou na Casa para confirmar e uma colaboradora disse que não, a reunião não seria mais naquele dia iria ser marcada, e na terça-feira quando foi marcada, ele não chegou a tempo de acompanhar aquela discussão, mas a única pergunta que ele fez na ocasião, embora tivesse chegado atrasado, a única pergunta que ele fez, disse ao Presidente, era onde estava o Secretário de Finanças que não estava lá presente, porque o Vereador queria saber dele qual a real situação, por quê? O Município era sabido que já fez demissões, se já fez demissões será que já foi atingido aquele limite, perguntou; havendo uma pausa, o Vereador confirmou e disse que veio no projeto, o colega estava passando que naquele momento estava em torno de quarenta vírgula oitenta e um por cento; então, ele não via problema nenhum com o Tribunal de rever aquela situação, se estava em quarenta vírgula oitenta e um por cento para atingir a luz vermelha, teria que chegar a quarenta e oito ponto seis, ele achava que deveria rever aquela situação; foi falado em cortar gordura, cortar gordura, havendo manifestação o Vereador disse que era exatamente, o que acontecia, era que existia meios de fazer aquilo; ele, sinceramente, disse ao Presidente, preocupava muito em ir até lá e votar contra aquilo, de que maneira aquelas pessoas que, realmente, precisavam daquele dinheiro iriam encarar aquela atitude da Câmara, iriam falar que os Vereadores eram pão duros, gastavam dinheiro em tanta coisa e não eram capazes de dar cem reais para o funcionalismo; ele entendia que a melhor maneira de conduzir aquilo seria receber outro projeto que não fosse aquele; nenhum Vereador estava pleno em votar aquilo naquela noite, nem quem votasse sim e nem quem votasse não, não estava convencido do que iria fazer, porque não tinham uma terceira opção e isso, disse ao Presidente, ele entendia que era botar faca no pescoço do Vereador, porque qualquer um que fosse o caminho que o Vereador assumisse

lá, iria agradar ou desagradar, não era fazer politicagem porque eles não estavam lá preocupados em agradar a todo mundo, gostariam sim de agradar todo mundo, mas sabiam que humanamente seria impossível, mas que aquilo poderia ser revisto; naquele momento o Vereador pediu desculpas ao colega pois havia rabiscado a folha dele, mas se estava em quarenta vírgula oitenta e um por cento, ela achava que poderiam reaver aquela situação; então o opinião dele era aquela, tinha como fazer, tinha como rever aquela situação, o que ele tinha para dizer era aquilo, desejou boa noite e agradeceu; (houve manifestação na Assembleia com aplausos). A seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos de dúvidas dos Srs. Vereadores. Decorrido prazo necessário para esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a feitura da chamada para verificação de presença, sendo que foi anotada a presença dos seguintes Senhores Vereadores: Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rubens das Virgens. Deixaram de comparecer os Senhores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Não havendo “quorum” regimental para prosseguimento dos trabalhos, em conformidade com o Art. 143, I, do Regimento Interno, obedecidas as demais prerrogativas que rezam tal documento legal, o Sr. Presidente encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente**

**Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente**

**Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

